

Título: VIII ENCEJA

Data: 30/08 a 02/09/2006



VIII ENFEA

30/08 a 02/09/06

Recife - PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS = R\$ 404,00

Recebi do Sr. Renato Hilário dos Reis o valor de R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais) correspondente ao valor das diárias por ele recebidas pela FE-MTZ (depósito DOC no BRB, 057 em 11/08/06).

Reparei os valores parcelados para cobrir a gasolina do carro próprio de Ezequiel Neves - Recife - Brasília - dia 02/08/06 com mais 4 participantes delegados do DF (Franciscano, Elton, Robinson, João Felipe) e para completar o valor das passagens aéreas de 12 delegados-ida e 9 delegados-retorno com adiantamento feito por Maria Luiza P. Angelini.

GASOLINA - R\$ 310,00 Depósito João Felipe de Sousa
BRB Ag. 3603-X cc 29.134-X

COMPLEMENTAÇÃO/ADIANTAMENTO - R\$ 94,00 em espécie
Recebi Maria Luiza Angelini em 22/08/06

Brasília, 22/08/06

[Assinatura] Maria Luiza de Jesus.

VIII ENFEJA

30/08 a 02/09/06

Recife - PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS

DOAÇÃO DO SINDRO/DF - R\$ 7.000,00 recebido por Francisco Azeiteiro de Silva, descontado em Banco, em 21/08/06, na presença do Prof. Irlando Aglae Borges.

PAGAMENTO À AGÊNCIA VIRTUAL TURISMO

12 PASSAGENS AÉREAS - 30/08/06 - R\$ 3.703,44

9 PASSAGENS AÉREAS - 02/09/06 - R\$ 3.551,58

TOTAL R\$ 7.255,02

DOAÇÃO DO SINDRO/DF R\$ 7.000,00

PAGAMENTO DE Irlando, Sandra 50,00

AD. ANTAMENTO DE Maria Luiza 205,02

BADESPA - Ag. 0082 - n. cheque 941668-4

0,00

AD. ANTAMENTO DE Maria Luiza - 205,00

Doação Renato Hilário - diários 94,00

111,00

Estimativa 25,00/professor

Adriane ~~25~~,00

Ingrid 25,00

Maria Alves 25,00

Fernanda 25,00

Doação Maria Luiza 11 00

a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações. Paz, justiça, autoconfiança, desenvolvimento econômico, coesão social e solidariedade continuam sendo metas indispensáveis e obrigações ainda a serem perseguidas e reforçadas pela educação e aprendizagem de adultos. Portanto, nós conclamamos aos Estados Membros, às agências bi e multilaterais, às organizações não governamentais e da sociedade civil e aos movimentos sociais

- que incluam a educação e aprendizagem de adultos em todas as iniciativas de desenvolvimento e programas sociais como contribuição essencial à prosperidade econômica, desenvolvimento sustentável, coesão social e solidariedade;
- que promovam iniciativas comunitárias de desenvolvimento como ponto de partida importante para a educação e aprendizagem de adultos, assim como para a redução da pobreza;
- que adotem políticas inclusivas e tomem medidas concretas providenciando recursos adequados para apoiar programas de educação que priorizam e atendem às demandas de aprendizagem de pessoas portadoras de deficiências assim como de grupos marginalizados como os povos indígenas, migrantes e refugiados, as minorias (incluindo-se as minorias de opção sexual, onde for lícito), prisioneiros, etc.;
- que se reconheça a aprendizagem de adultos como investimento e não somente como item de consumo social e muito menos como apenas um produto vendável;
- que se acentue, como consequência, o financiamento para a aprendizagem de adultos a uma participação equitativa dos seis por

cento do produto nacional bruto para ser investido na educação, estabelecida como referência pela Agenda para o Futuro;

- que se aceite que o compromisso com a aprendizagem ao longo da vida para atingir a prosperidade econômica e a coesão social é uma resposta necessária à globalização assim como componente essencial do desenvolvimento comunitário local e da realização individual;
- que se integrem a educação e aprendizagem de adultos mais sistematicamente nos planos educacionais e nas agendas dos governos nos níveis local, nacional, regional e global assim como nos programas, nas conferências e cúpulas das agências da ONU, especialmente aquelas relacionadas à Década de Alfabetização das Nações Unidas (2003-2012), ao Marco de Ação de Dakar, às Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU, à Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Sustentável e à Iniciativa de Via Rápida coordenada pelo Banco Mundial e, assim, aproveitar do seu potencial sinérgico;
- que se articulem de maneira orgânica as recomendações da V CONFINTEA para a alfabetização e educação básica de adultos com o Plano Internacional de Ação da Década de Alfabetização das Nações Unidas e o Marco de Ação de Dakar, implementando-os na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida.

Conclamamos, de forma particular, as nações industrializadas para que alinhem suas agências de desenvolvimento e ministérios da educação com as agências bi e multilaterais apoiadas pelos mesmos, para que harmonizem políticas

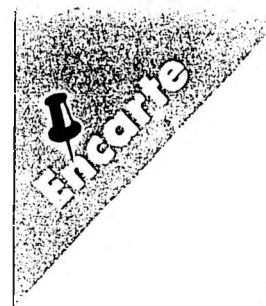
domésticas e internacionais para a aprendizagem ao longo da vida.

Conclamamos a UNESCO

- para que integre o seguimento da V CONFINTEA monitorando as metas de Educação Para Todos, convidando todos os parceiros para providenciar e produzir um aporte coletivo para o Relatório de Monitoramento Global da Educação Para Todos e de seus processos, especialmente o Relatório de 2005 que será dedicada à alfabetização;
- para que apoie a capacidade nacional dos Estados Membros assim como das organizações não governamentais e da sociedade civil e agências parceiras na formação de educadores de adultos, em estabelecer os indicadores para o monitoramento contínuo da Década de Alfabetização das Nações Unidas até 2004 e na assessoria sistemática de níveis de alfabetismo em países e contextos distintos;
- para que reforce o Instituto de Educação da UNESCO no monitoramento da implementação dos compromissos da V CONFINTEA com todos os parceiros nas linhas gerais desta Chamada à Ação e à Responsabilização.

Finalmente, conclamamos os Estados Membros, as agências da ONU, as organizações não governamentais e da sociedade civil assim como parceiros sociais e privados para organizar a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) em 2009 como um caso de responsabilização em educação e aprendizagem de adultos, baseado num processo de monitoramento e de avaliação coletivo

Tradução: Anne Marie Spyer
Revisão Técnica: Timothy Ireland



Encarte da boletim mensal **Informação em Rede** n. 59 da Ação Educativa

em rede

CARTA DE CUIABÁ

V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - V ENEJA

Hotel Fazenda Mato Grosso - Cuiabá - MT
3 a 5 de setembro de 2003



Os educadores e participantes do V ENEJA "Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade", realizado em Cuiabá, tornam pública sua posição em relação à prioridade política do atual Governo Federal dada à alfabetização de jovens e adultos no país — saber ler e escrever como cumprimento de um direito humano fundamental. Desde o IV ENEJA, em Belo Horizonte, as "cenários em mudança" — lema aprofundado naquela ocasião — vêm se evidenciando no contexto social, cultural e político. A conquista da educação de jovens e adultos como direito é reconhecida. Há, porém, um longo percurso a fazer, para consolidar a luta histórica dos movimentos da sociedade e das diversas formas de expressão institucional para além da alfabetização como integrante da educação de jovens e adultos, seja pela execução de programas e projetos, pela formação de educadores populares/professores, pelos estudos e pesquisas na área, pela avaliação.

A alfabetização é tarefa inadiável, mas não é suficiente, nem pode satisfazer aos que há mais de uma década defendem o cumprimento da educação básica para todos,

assim como a perspectiva da educação continuada, traduzida pelo aprender por toda a vida, exigência e necessidade da sociedade contemporânea. Os fóruns, iniciando sua trajetória a partir da preparação para a V CONFINTEA em 1996, por convocação do MEC, e seguindo na ampliação desse movimento, a partir da primeira reunião de monitoramento dos acordos firmados em Hamburgo, em 1998, articulam para o ano seguinte, como parte das



estratégias de acompanhamento, os Encontros Nacionais - ENEJAs, independente do apoio eventual do MEC. Fortalecidos como rede, o movimento ampliou-se, atingindo um total de 18, representando grande parte dos estados brasileiros (AM, RO, TO, CE, RN, PB, PE, AL, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, RS, MT, GO, DF); 2 fóruns em processo de formação

(MS, RR) e 5 regionais (Regional Leste de Minas, Oeste Paulista, Nordeste Paulista, Regional de Rondonópolis e Regional de Ijuí/RS).

A grande contribuição dos fóruns se expressa pela forma como têm articulado pessoas e instituições em torno do fazer e refletir a educação de jovens e adultos, quer pelo papel formador, pela troca de experiências, socialização de informações e pela disponibilidade de recursos, assim como pelos inúmeros indicativos que vêm fazendo para a formulação de políticas públicas nas esferas de poder federal, estadual e municipal. No mesmo sentido, as administrações públicas municipais têm exercido relevante papel na consolidação do direito à educação de jovens e adultos, mesmo não contemplados com recursos do FUNDEF e com restritos e diferenciados critérios para concorrer a fundos públicos. Entre elas, muitas têm resistido e criado instâncias de atendimento à população que, no nível local, exerce a cidadania reivindicando direitos sociais. Outras instituições públicas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades de classe, entidades de serviço social da indústria e do comércio vêm, do mesmo modo, assumindo participação, compromisso e espaço de interlocução com a

população excluída do direito, porque comprometidos com a redução da desigualdade. É preciso reconhecer o direito à diferença de populações pobres do campo e da cidade, das formas como os jovens se expressam; de negros, indígenas, mulheres; de portadores de necessidades educacionais especiais no tocante à educação.

No momento em que o mundo discute as metas de 1997 na V CONFINTEA + 6, em Bangkok e sua perspectiva para os próximos quatro anos, em que a Década da Alfabetização se institui no país e com a mudança do cenário do Governo Federal, o compromisso da V ENEJA com a educação de jovens e adultos se reforça, para estabelecer e avançar nos compromissos do Estado em relação à formulação de políticas públicas com o concurso efetivo da sociedade, na reafirmação do direito à educação básica para todos.

Esse compromisso se expressa:

- pela assunção e consolidação da mudança de paradigma na compreensão da educação de jovens e adultos, que não se confunde com alfabetização, nem se restringe a ela; não se reduz a ações educativas compensatórias, nem a intervenções pontuais, que seja instrumento de cidadania, em tensão para a construção de uma outra ordem social, fertilizada no solo da cultura, da solidariedade, da igualdade e do respeito às diferenças;
- pela mudança do padrão de financiamento, com a imediata redistribuição dos vetos existentes ao FUNDEF — tendo que marginalizou a educação de jovens e adultos, mantendo a contagem de

matrículas para fins de recursos; e dos vetos do Plano Nacional de Educação, assim como o encaminhamento de novo fundo — da educação básica, ampliando as possibilidades de ação pública, da educação infantil ao ensino médio;

- pela valorização e apoio ao papel indutor do MEC na mobilização e participação da sociedade, em busca de recursos necessários para a educação de qualidade — acesso, permanência e sucesso, em coerência com a prioridade dada à educação de jovens e adultos, expressos nos planos plurianuais em todos os níveis;
- pela implementação de políticas de formação inicial e continuada de professores com financiamentos próprios, que considerem o professor como trabalhador, contrárias a qualquer forma de avaliação que não seja diagnóstica, apontando para sua inclusão em políticas de valorização profissional que inclua piso salarial profissional nacional, plano de carreira e a própria formação inicial e continuada como inerente à qualidade da prática pedagógica, dando conta de concepções de currículo e da satisfação das necessidades dos sujeitos, considerando os saberes da vida e do mundo do trabalho; sua condição e cultura no mundo juvenil e adulto;
- pela garantia de integração dos sujeitos educandos aos sistemas de ensino, em continuidade aos processos iniciais de aprendizagem, assim como pela inserção e acesso de todos à cultura do escrito, seja pela criação, manutenção e ampliação de bibliotecas

escolares, públicas e comunitárias, assim como de outras formas de difundir e socializar a cultura literária e da informação;

- pela apropriação das lições da educação popular, com destaque para o legado de Paulo Freire, apoiando as experiências realizadas nessa área, legitimando, pela certificação, os processos de escolarização criados por meio de diversas práticas pedagógicas e pela indução de políticas públicas;
- pelo estímulo a estudos, avaliações, registros e sistematizações das práticas de alfabetização em diferentes suportes — textos, vídeos, CD-Roms.

É fundamental que o comprometimento do MEC, desejado pelos participantes da V ENEJA se expresse:

- pela coordenação da ação política de educação de jovens e adultos nas Ministérios, em particular do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, das Comunicações, das Cidades, entre outros; em Programas e Projetos em articulação com a sociedade civil, para restituir a função pública do MEC, há muitos anos realizada de forma isolada e dispersa.

A população brasileira, na história recente, desde 1988 demanda essas compreensões para as políticas e para a prática concreta de novas ações que façam frente ao direito humano fundamental à educação e à conquista de mudanças significativas que viabilizem o sonho de um outro projeto de sociedade que inclua a todos os brasileiros.

Cuiabá, 5 de setembro de 2003.

CHAMADO À AÇÃO E À RESPONSABILIZAÇÃO*

Balanco Intermediário da V Conferência Internacional de Educação de Adultos

Bangkok - Tailândia

8 a 11 de setembro de 2003

Nós, participantes do Balanco Intermediário da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA), chegamos à conclusão de que, não obstante os compromissos assumidos em 1997 com a *Declaração de Hamburgo* e *A Agenda para o Futuro*, a educação e aprendizagem de adultos não receberam a atenção que merecem nas principais reformas educacionais e nas recentes iniciativas internacionais para eliminar a pobreza, alcançar a equidade de gênero, prover a educação para todos e fomentar o desenvolvimento sustentável. Nosso Balanco Intermediário da situação mundial da educação e aprendizagem de adultos — conduzido de forma temática, global, regional, nacional e local, pelos governos, pelas organizações não-governamentais e da sociedade civil, pelas redes engajadas, pelos movimentos sociais e por outros parceiros — tem revelado, efetivamente, uma regressão inquietante neste campo. Constatamos um declínio no financiamento público para a educação e aprendizagem de adultos, mesmo considerando que a meta mínima de analfabetismo estabelecida no Marco de Ação de Dakar é alcançável — exigindo apenas US\$ 2,8 bilhões por ano. Ademais, o apoio dado tanto pelas agências internacionais quanto por governos nacionais tem se concentrado na educação básica formal para crianças, em detrimento e descuido para com a educação e aprendizagem de adultos. Ainda não foi adequadamente aproveitada a capacidade de

contribuição que a educação e aprendizagem de adultos tem a oferecer a um mundo em que as pessoas convivam em paz e com democracia, bem como seu potencial de contribuir para a construção de sociedades de aprendizagem em prol da luta contra a pobreza e para a superação da tensão global, da violência, do HIV/AIDS, da destruição ambiental, das tensões demográficas e de uma miríade de outros males. Estamos particularmente preocupados com o não aproveitamento de seu potencial de contribuição às pessoas para viverem em um mundo com HIV/AIDS, enquanto milhões de pessoas jovens e adultas, vulneráveis, são expostas às consequências da pandemia. Ficamos alarmados ao constatar que a perspectiva confiante registrada na V CONFINTEA cedeu lugar a uma situação que, devido a tensões globais, conflitos e guerras, assim como ao enfraquecimento das Nações Unidas, está dominada pelo medo e pela insegurança. Contudo, ainda há uma oportunidade para ação criativa. Apesar das realidades desalentadoras que agora estão diante de nós, presenciamos o nascer de uma nova consciência global que, em si mesma, enquanto insiste na igualdade e diversidade, e no respeito universal à ética, aos direitos e às leis, dissemina a esperança de que outro mundo e outro tipo de educação e aprendizagem são ainda possíveis. Nosso Balanco também realizou numerosas mudanças de políticas e de legislação inovadoras, um aumento na onda de participação na educação e

aprendizagem de adultos, avanços significativos no empoderamento das mulheres assim com a expressão de novas demandas de aprendizagem pelos grupos portadores de necessidades especiais que estão sendo atendidos por respostas educacionais inclusivas pioneiras. A alegria de aprender é celebrada em Festivais de Aprendizagem e em Semanas de Aprendizagem de Adultos em mais de 50 países em todo o mundo. Diante destes desenvolvimentos, nós, participantes do Balanco Intermediário da V CONFINTEA, reafirmamos nosso compromisso para com a *Declaração de Hamburgo* e *A Agenda para o Futuro*. Queremos lembrar ao mundo que a educação e aprendizagem de adultos é um direito humano básico e, por isso, deve permanecer sendo uma responsabilidade coletiva, compartilhada por todos os que aprendem, pelos educadores de adultos, organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil, o setor produtivo e entidades internacionais assim como toda a família das Nações Unidas. Todos estes atores e parceiros devem trabalhar com a UNESCO e demais agências da ONU para impulsionar, monitorar coletivamente e responder pelo endosso à implementação da aprendizagem ao longo da vida, feito por ocasião da V CONFINTEA. Nós acreditamos que a vontade política para atingir as metas da *Declaração de Hamburgo* e *A Agenda para o Futuro* deve agora ser reforçada com a alocação de recursos, munida de um plano de ação concreto e de novas parcerias. Hoje, mais do que nunca, a educação e aprendizagem de adultos compõem